

Parlamentares aprovam lei para receber 15 salários

18 JAN 1995 *Congresso*

Gustavo Miranda



Deputados participam do esforço concentrado para aprovar o reajuste

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou ontem o reajuste dos vencimentos dos parlamentares para os próximos quatro anos. Pelo projeto, que ainda precisa ser aprovado no Senado, deputados e senadores passarão a receber 15 salários por ano, de até R\$ 8 mil mensais. Os parlamentares aprovaram também o projeto de decreto legislativo que dispõe sobre os vencimentos do presidente da República, do vice-presidente e dos ministros de Estado. Este projeto, que também será submetido ao Senado, fixa um salário de R\$ 8.500 para o presidente da República e de R\$ 8 mil para o vice-presidente e os ministros. A novidade é que presidente, vice e o primeiro escalão passarão a receber o décimo-terceiro salário.

A criação do décimo-terceiro, décimo-quarto e décimo-quinto salários dos deputados e senadores foi uma forma encontrada nela Mesa para elevar os venci-

mentos dos parlamentares. Além da novidade do décimo-terceiro, que os parlamentares não recebiam, o projeto incluiu o pagamento de mais dois salários, um no início e outro no fim de cada sessão legislativa — ano de trabalho — como forma de ajuda de custo.

Os R\$ 8 mil que os parlamentares receberão por mês foram divididos em três partes: um salário fixo de R\$ 3 mil, outra representando um adicional de mais R\$ 2 mil e a última, variável, de R\$ 3 mil. Esta dependerá da freqüência do parlamentar às sessões. Para evitar descontos, porém, foi incluída uma emenda no texto original facilitando a justificação da ausência. A falta será sempre abonada caso o parlamentar esteja cumprindo missão oficial no país ou no exterior e em caso de doença mediante um atestado médico fornecido por um juiz oficial ou em caso

de internação hospitalar.

A aprovação do projeto vai garantir aos deputados e senadores uma renda anual de R\$ 148 mil. Os parlamentares americanos recebem US\$ 133 mil por ano.

O PT tentou obstruir a votação e o deputado Paulo Paim (PT-RS) criticou a aprovação do projeto:

— Isso vai fazer com que todas as categorias entrem na Justiça para receber também esses décimo-quarto e décimo-quinto salários.

Além da obstrução do PT, houve resistências à votação dentro do próprio partido do presidente. O deputado Tuga Angerami (SP), por exemplo, não queria votar o projeto porque considerava absurdo votar ontem os aumentos para o presidente e os parlamentares, deixando a votação do salário-mínimo para hoje. Em sua opinião, não haverá quorum hoje.

O GLOBO

— Essa casa é suicida — disse Tuga Angerami.

Os valores dos salários do presidente, vice e primeiro escalão serão reajustados a partir de 1º de fevereiro de 1995 nas mesmas datas e nos mesmos índices concedidos aos demais servidores públicos da União.

● **CONTRATAÇÕES** — O Governo vai rever todas as 17.700 contratações de servidores públicos feitas nos últimos meses da administração do presidente Itamar Franco, anunciou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral. O presidente Fernando Henrique, disse Amaral, quer saber em que condições estes funcionários foram admitidos. O levantamento será feito pela Secretaria da Administração Federal mas, segundo o porta-voz, o Governo não demitirá servidores contratados legitimamente.